

Documento Base

Comissão SEB/MEC – fevereiro 2016

Orientações para cursos de Formação de Professores nas áreas de Didática, Metodologias e Práticas de Ensino.

I. Apresentação

Novas disposições normativas foram consolidadas nos últimos anos, e mais recentemente também, no que diz respeito à Educação Básica e à Formação de Professores para esse nível educacional. Essas disposições se colocam como um desafio na direção do desenvolvimento de políticas e ações que propiciem sua concreta realização nas práticas das diferentes redes de ensino, e, na formação de professores, na direção de atingirmos uma melhor qualidade na educação escolar brasileira, tal como já está colocado nos fundamentos do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2014).

As novas disposições normativas visam, de um lado, ampliar a cobertura da educação escolar no Brasil, melhor qualifica-la, e, atualizá-la em relação aos complexos cenários socioculturais que emergem contemporaneamente. Os conteúdos desses documentos sinalizam, direta ou indiretamente, para a importância de se considerar, no propósito de melhor qualificação da educação básica, a formação dos professores que nela irão atuar. Análises diversas têm mostrado carências nos cursos formadores de professores oferecidos pelas instituições de ensino superior no que se refere à formação dos estudantes mais especificamente nas áreas da atuação pedagógica na educação básica.

Assim, no que se refere à formação de professores, o Ministério da Educação, considerando as disposições da Lei 9394/96 (LDB), com as alterações incorporadas até aqui, considerando as disposições do PNE – Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, e, a Resolução CNE/CP n. 02/2015, que estipula novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, leva avante a ideia de detalhar alguns aspectos relativos ao currículo dos

cursos de formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica (ainda em consulta), que será mais uma das referências que poderão ajudar a orientar o desenvolvimento de dinâmicas curriculares de cursos formadores de professores.

Ao apresentar o primeiro documento da Base Nacional Comum Curricular, que neste momento está em discussão, o então Ministro da Educação sinalizava que a BNCC deveria provocar mudanças importantes na formação inicial e continuada dos professores. Os princípios orientadores dessa Base certamente são fontes tanto para os princípios orientadores como para aspectos relevantes da formação de professores para a educação básica, considerando que a formação de professores para essa etapa do ensino precisa falar com a sala de aula das escolas.

Importante lembrar as disposições da Lei 13.005/2014 referente ao Plano Nacional de Educação (PNE) que apresenta entre suas diretrizes a valorização dos(as) profissionais do magistério, sinalizando em sua sequência de artigos e metas, aspectos referentes a carreira e remuneração, bem como aspectos relativos à formação desses profissionais. No aspecto formativo a Estratégia 13.4 da Meta 13 do PNE coloca o objetivo de *“promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas”*, com a proposta de mudanças em sua avaliação, *“integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.”* Na Meta 15, em que se destaca a formulação de uma política nacional de formação dos profissionais do magistério, a Estratégia 15.6 propõe: *“promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do(a) aluno(a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE.”* A Estratégia 15.8 dispõe: *“valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da*

educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.”

O Parecer CNE/CP de 9 de junho de 2015 e a Resolução CNE/CP n.02 de 1º de julho de 2015 avançam na ideia de propor novas configurações para a formação dos profissionais do magistério para a educação básica fundamentando-as política e filosoficamente, e, exarando princípios e normas para essa formação através da consolidação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica, com enfoque na formação em nível superior desses profissionais.

Com base nessas disposições legais, e dentro de seu espírito, o intuito deste Documento é oferecer alguns encaminhamentos para a questão dos currículos voltados à formação de profissionais do magistério, visando subsidiar os cursos de licenciatura em suas propostas formativas, especificamente no que se refere à Didática, às Metodologias e às Práticas de Ensino.

II. Princípios e propósitos da formação de professores para a Educação Básica contidos na Resolução CNE/CP nº 02/2015

A Resolução CNE/CP 02/2015, e o Parecer que a fundamenta, coloca as ideias básicas para a formação de professores no país, explicitando os aspectos políticos, filosóficos e éticos que devem presidir essa formação. Orienta para uma formação comprometida com os valores democráticos e com o compromisso com o desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridos na educação básica.

Esse texto encaminha a proposta de uma base comum nacional para a formação de profissionais do magistério, estipulando em seu Art. 5 que essa base deve ser *“pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente...”* considerando as *“dinâmicas pedagógicas que contribuem para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões*

psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica...”(Inc.IV). Aponta para o “uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação cultural dos(das) professores(as) e estudantes”(Inc.VI). Sem dúvida, perpassa a Res.02/2015 do CNE a preocupação com a preparação dos estudantes dos cursos de formação de professores para o trabalho docente na educação básica.

Em síntese, acompanhando todo o texto da Resolução CNE n. 02/2015, observa-se que apresenta como um dos seus principais PROPÓSITOS garantir padrão de qualidade dos cursos formadores de professores pelas instituições de ensino superior, estipulando a base comum nacional para a formação inicial e, como seus PRINCÍPIOS indicam, levar à concretização de uma sólida formação teórica e interdisciplinar; à consideração da unidade teoria e prática; à possibilidade do professor reconhecer dinâmicas pedagógicas que venham a contribuir para o seu exercício profissional e ter em consideração tanto os vários fatores que permeiam a ação pedagógica na educação básica, como o respeito às diferenças socioculturais que caracterizam seu ambiente de trabalho. Dá-se, nessa Resolução, como já apontado, destaque ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - tecnologias que permeiam a vida social na contemporaneidade - para o aprimoramento da prática pedagógica, bem como, à oferta dos conhecimentos dos fundamentos da educação e dos conhecimentos pedagógicos, da Didática, das Metodologias e das Práticas de Ensino. Com destaque para a base comum nacional, a formação inicial de professores requer **projeto com identidade própria (art.11)** garantindo efetiva articulação entre conhecimentos e entre os diferentes organismos que, nas universidades ou faculdades, têm contribuições para a formação nas licenciaturas.

Com essas perspectivas e posturas do CNE, com base nelas e nas disposições do PNE, este documento visa dar maior especificidade a alguns dos aspectos ligados à formação de professores, mais diretamente às questões relativas à preparação para as ações de ensino, ou seja, aos aspectos relativos à Didática, às Metodologias e Práticas de Ensino.

Esse propósito sustenta-se em três aspectos principais:

1. que é importante que as orientações propostas nesses documentos sejam articuladas e desdobradas em seus componentes visando à dinamização de uma formação inicial de docentes para a educação básica, tendo no seu horizonte uma educação escolar que, em suas diferentes etapas, venha a melhor qualificar o desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes que aí se formam;
2. que o exercício profissional de professores na educação básica assenta-se em grande parte em sua formação inicial nas licenciaturas;
3. que esse exercício profissional não prescinde de uma boa formação no que se refere à Didática, às Metodologias e Práticas de Ensino.

Libâneo (2008) considera que a Didática envolve a discussão e construção de fundamentos que consistem no conjunto de saberes, conhecimentos, tendências, paradigmas, etc., que justificam e embasam as ações pedagógicas, com atenção às condições relacionadas à sociedade e às comunidades, às políticas educacionais, que influenciam as práticas, bem como com a consideração da própria organização do trabalho didático em suas diferentes facetas. Para esse autor, os estudos da Didática configuram-se ainda no modo de concretização das práticas socioeducacionais, com seus objetivos, conteúdos, métodos, ações, estratégias de aprendizagem e avaliação.

Longarezi e Puentes (2011, p.165), especificam que a Didática investiga os fundamentos, as condições e modos de realização da instrução e do ensino, sendo *“matéria fundamental na formação profissional de professores e um meio de trabalho com o qual os professores organizam a atividade de ensino, em função da aprendizagem e do desenvolvimento integral do estudante.”* Esses mesmos autores, em texto publicado recentemente, consideram como fazendo parte da área de Didática: o tratamento dos *“processos de ensino-aprendizagem-desenvolvimento”*; a organização do trabalho pedagógico e do ensino (modos, condições, espaço, tempo); as questões do desenvolvimento didático do professor; as práticas pedagógicas, métodos, estratégias de ensino e avaliação do processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento. (Longarezi e Puentes, 2016, p. 8).

III. Objetivo

O objetivo deste documento é sinalizar aspectos relativos aos conhecimentos fundamentais para a construção de currículos convergentes à formação de professores, isto é, para atuação pedagógica na Educação Básica, tratando de questões relativas a aspectos relevantes referentes à Didática, às Metodologias e às Práticas de Ensino, a serem considerados nos cursos de licenciatura, em associação e integração com os demais aspectos formativos destacados na Resolução CNE 02/2015, propiciando a integração entre teoria e prática.

1. Prática e Teoria

Na perspectiva das formações e considerando a qualidade dialética do binômio teoria-prática, e a imbricação conceitual de ambos os termos, coloca-se como fundamental tanto mudar a concepção mais vigente sobre “prática” e “teoria” como opostos, como mudar a concepção de prática como mera aplicação direta de teorias aprendidas ou mediadas por técnicas, ou como mero uso mecânico de receituário de técnicas. As práticas educacionais são atos culturais, portanto fundados em teoria, mais ou menos elaboradas, e são embebidos de sentido. As práticas são ações educacionais com fundamentos e escolhas, traduzem-se pelo fazer pensando e pensar fazendo, implicando em saber fazer e porque fazer. (Gatti, 2013, p. 54) Neste sentido é que se entende aqui o papel da Didática, das Metodologias de Ensino e das Práticas de Ensino.

Além disso, uma aproximação equilibrada e dialógica entre o espaço de formação no ensino superior e os espaços de formação para a prática profissional - as escolas - também auxiliaria na superação de uma concepção meramente técnica sobre o ensino, avançando para uma compreensão da unidade teoria e prática, bem como, para o entendimento de que o trabalho docente possui, em sua natureza, uma dimensão teórico-prática integrada.

IV. Pressupostos que sustentam esta proposta de orientação para as formações de professores para a educação básica

Assume-se como pressupostos para fundamentar a presente proposta que:

1. o papel educacional da escola se traduz por ensinar, garantindo aprendizagens e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo propiciando formação humana e cidadã;
2. o papel social da escola é colaborar na construção de equidade social;
3. é necessária uma profunda compreensão do princípio de equidade na educação escolar, e, do lugar da escola enquanto um lugar de progressão para todas as crianças e adolescentes, assumindo-se o sucesso destes em sua trajetória como meta a mais valiosa;
4. a formação de quem vai propiciar a educação escolar torna-se central – a ação docente nas escolas, suas práticas, são questões cada vez mais importantes ante os cenários sociais e culturais atuais;
5. a formação profissional de professores implica garantir conhecimentos do contexto em que vai atuar e das práticas relevantes nesse contexto; ter formação científica em sua área de atuação, ter conhecimento da área disciplinar para o ensino; e, ter formação humanista de maneira que possa tornar-se um formador de cidadãos, com valores e ética;
6. o desenvolvimento de ações de iniciação à docência para a educação básica é compromisso ético e político com a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e, os princípios norteadores dessas ações são integração, cooperação, coparticipação, transparência, gradatividade, cumulatividade e continuidade;
7. são importantes os aspectos de motivação, compromisso com o desenvolvimento dos alunos, aprendizagem colaborativa e comunicação no trabalho educativo;
8. para o exercício do papel de professor na Educação Básica aponta-se a necessidade de uma compreensão integrada no que se refere: aos conhecimentos acumulados e considerados relevantes socialmente, aos conhecimentos a serem trabalhados, aos meios para levar esse conhecimento às novas gerações, ao conhecimento sobre as crianças e adolescentes, ao conhecimento sobre o contexto sociocultural em que a escola se move, aos conhecimentos sobre a própria escola em sua inserção social e sobre as redes escolares em sua arquitetura e particularidades regionais;
9. o Brasil enfrenta desafios postos à educação escolar que têm origem nos desconfortos anunciados por diferentes grupos sociais, em diferentes condições,

que reivindicam para si, de diferentes formas, reconhecimento social e dignidade cidadã, o que demanda por políticas e ações diretas com foco na superação de exclusões educacionais e sociais.

Esses pressupostos implicam algumas dimensões formativas para o exercício profissional no magistério:

- (1) Conhecimentos sobre a Educação Básica e sua gestão.
- (2) Compreensão do campo de conhecimento específico de sua especialidade, o que permite “mover-se no campo”.
- (3) Domínio do conhecimento pedagógico do conteúdo a ser ensinado que fundamente ações didáticas pertinentes e diferentes para os diferentes conteúdos.
- (4) Compreensão dos aspectos filosóficos, históricos, políticos e sociológicos da educação, integrando esses conhecimentos para a compreensão da realidade educacional de forma a permitir orientar suas práticas profissionais.
- (5) Compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças e adolescentes em seus aspectos característicos sócio, psicológicos e culturais.
- (6) Formação para o acompanhamento das ações educacionais e das progressões das crianças e adolescentes para realimentação pedagógica e gestão da escola, ou do sistema.
- (7) Formação para o desenvolvimento de atitudes investigativas da prática educacional.

V. Aspectos relativos a aprendizagens relevantes ao trabalho docente

Em decorrência do acima colocado, sugere-se que o tratamento curricular a ser dado às questões da Didática, das Metodologias e das Práticas de Ensino, nos cursos formadores de professores em instituições de ensino superior, deve procurar propiciar aos estudantes conhecimentos e compreensões diversas considerando os pressupostos e as dimensões apontados, dentro da construção de uma perspectiva fundante quanto à área de Didática e das Metodologias de Ensino, como áreas de conhecimento fundamentais

para a orientação das ações pedagógicas e a construção de perspectivas e práticas criativas.

Com o sentido de contribuir para a abordagem das diferentes dimensões formativas aqui consideradas, discrimina-se, a seguir, alguns dos aspectos relativos a compreensões e aprendizagens importantes para o trabalho docente, que podem ser considerados nessas dimensões, lembrando que esses aspectos não esgotam o potencial das dimensões aqui consideradas.

(1) Conhecimentos sobre a Educação Básica e sua gestão.

- conhecer as normas relativas à organização da educação no Brasil e saber contextualizá-las;
- ter conhecimentos e compreensão sobre a rede escolar e suas dinâmicas;
- ter conhecimento sobre políticas educacionais vigentes;
- compreender o espaço escolar, suas rotinas e instâncias constituintes como espaço educativo por natureza;
- conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica;
- conhecer o currículo das escolas;
- saber analisar criticamente o conjunto de diretrizes curriculares referentes à educação básica e os currículos propostos para as redes escolares entendendo e considerando contextos diversos;
- situar sua área de atuação na perspectiva dos princípios e das finalidades da educação básica em sua totalidade;
- ter informação sobre a profissão de professor;
- construir ideias analítico-críticas sobre o sistema educacional, políticas e gestão.

(2) Compreensão do campo de conhecimento específico de sua especialidade, o que permite “mover-se no campo”.

- dominar os conhecimentos da área em que trabalhará na escola: sua estrutura, suas teorias, conceitos e formas de representação;
- perceber que os conhecimentos para seu trabalho se modificam constantemente, porque a realidade se transforma;
- compreender a relação entre sua área de conhecimentos com outras áreas do saber e do relacionamento dos conteúdos com que trabalhará aos das outras disciplinas do currículo escolar, estabelecendo relações trans e interdisciplinares;

- adquirir sensibilidade cognitiva, ter insights, saber buscar e/ou ter respostas consistentes ante questões de sua área de especialidade.

(3) Domínio do conhecimento pedagógico do conteúdo a ser ensinado que fundamenta ações didáticas pertinentes e diferentes para os diferentes conteúdos.

- reconhecer a diferença entre ter domínio da área de conhecimentos com que trabalha e sua organização como disciplina para o ensino;
- dominar o conhecimento pedagógico do conteúdo de modo a promover o que é terreno exclusivo do professor: a indissociabilidade entre conteúdo e pedagogia;
- entender que a indissociabilidade entre conteúdo e pedagogia implica também em saber que os conhecimentos que dizem respeito a seu trabalho têm diferentes patamares de complexidade em consonância com a progressão do desenvolvimento das crianças e adolescentes e com as experiências de vida que trazem para a escola;
- ter capacidade de construir objetivos educacionais com foco no aluno;
- desenvolver a capacidade de construir objetivos, escolher conteúdos de ensino e procedimentos didáticos de forma a construir práticas pedagógicas adequadas aos princípios e finalidades da educação básica;
- desenvolver a capacidade de construir objetivos e escolher conteúdos de ensino tendo em vista os conhecimentos que se pretende trabalhar, as características dos alunos e os recursos didático-pedagógicos de que dispõe;
- conhecer diferentes formas de organização do trabalho pedagógico em relação aos tempos e espaços assim como repertório de atividades para desenvolver sua ação pedagógica de modo adequado ao desenvolvimento das crianças e adolescentes;
- conhecer diferentes procedimentos didáticos e sua pertinência e adequação ao conteúdo de sua disciplina e ao nível de ensino em que trabalha;
- compreender que um mesmo objeto ou tema pode ser abordado de formas diversas a partir de diferentes teorias e suas perspectivas de análise;
- compreender a importância de organizar situações de aprendizagem que potencializem a relação do aluno com os objetos do conhecimento;
- reconhecer as relações entre projeto político-pedagógico e currículo, e, a elaboração de planos de curso, de sequências didáticas e de planos de aula;
- desenvolver a capacidade de organizar sequências didáticas e planos de aula que favoreçam a motivação para a aprendizagem, considerando as necessidades educativas e interesses de crianças e adolescentes, considerando suas contribuições e conhecimentos prévios;

- conhecer abordagens interdisciplinares de conteúdos de ensino;
- aprender a integrar áreas de conhecimento em projetos didáticos;
- ter capacidade de usar de forma adequada as tecnologias e mídias como recurso didático e para sua própria formação;
- compreender o papel dos diferentes espaços culturais (museus, exposições, feiras científicas, etc) na aprendizagem desenvolvendo possibilidades de integração desses espaços com a escola e o currículo;
- compreender que atividades de ensino comportam variados modos de elaboração e expressão do conhecimento pelo aluno (oral, leitora, escrita, artística, motora etc.);
- compreender os diferentes aspectos que estão envolvidos na gestão da sala de aula;
- desenvolver compreensões sobre as formas de trabalho colaborativo, sabendo organizar-se e agir coletivamente para contribuir com o projeto pedagógico da escola;
- compreender a importância do coletivo profissional docente e de espaços de debate que acentuem a troca e a colaboração entre os professores;
- reconhecer a importância da reflexão sobre as práticas educativas e sobre sua prática especificamente;
- considerar na atuação pedagógica a integração dos principais elementos relacionados aos direitos humanos, ambiente, relações étnico-raciais, de gênero, caros à formação da cidadania.

(4) Compreensão dos aspectos filosóficos, históricos, políticos e sociológicos da educação, integrando esses conhecimentos para a compreensão da realidade educacional de forma a permitir orientar suas práticas profissionais.

- ter visão filosófico-política sobre a educação básica, suas finalidades e compromisso social;
- conhecer os fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação e suas relações com as teorias educacionais e práticas escolares;
- conhecer teorias políticas e desenvolver capacidade analítico-crítica em relação a políticas em educação;
- perceber a importância de atuar com base no princípio da educação em e para os direitos humanos pela compreensão do papel social de sua profissão;
- compreender que as diferenças sociais, culturais, religiosas, de gênero, políticas ou outras constituem o espaço escolar e merecem ser consideradas na direção de um convívio social saudável;

- compreender os fatores sociais, culturais e psicossociais que constituem a trajetória escolar dos alunos e suas aprendizagens;
- compreender o imperativo do direito irrestrito à educação e suas implicações históricas, políticas, sociais e culturais.

(5) Compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem de crianças e adolescentes em seus aspectos característicos sócio, psicológicos e culturais.

- compreender aspectos característicos do desenvolvimento humano, em especial relativos à infância e adolescência;
- reconhecer o papel da construção dos valores nas dinâmicas de desenvolvimento humano;
- reconhecer o papel dos fatores emocionais nas aprendizagens;
- compreender tanto as dificuldades gerais da aprendizagem escolar como as dificuldades que são específicas dos conteúdos de sua área, e dominar diferentes meios e alternativas práticas para enfrentá-las;
- atentar para os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que revelam progressão formativa em seus alunos;
- compreender a importância dos pais ou responsáveis para o estudo dos alunos, valorizando suas contribuições e respeitando a diversidade das famílias e ambiências socioculturais dos alunos;
- desenvolver a sensibilidade a conflitos interpessoais e de cognição;
- ser capaz de analisar situações problema nas relações escolares e de aprendizagem e tomar decisões e encaminhamentos sustentáveis.

(6) Formação para o acompanhamento das ações educacionais e das progressões das crianças e adolescentes para realimentação pedagógica e gestão da escola, ou do sistema.

- considerar a importância de certas aprendizagens escolares em cada etapa do processo formativo na educação básica tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular;
- compreender a avaliação em sala de aula como processo contínuo e meio de promover tanto a aprendizagem dos alunos como a melhoria de atividades de ensino;
- conhecer critérios, instrumentos e procedimentos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem dos alunos em relação aos objetivos educacionais e conteúdos que ensina;
- conhecer diferentes formas de avaliação da aprendizagem escolar em função dos objetivos educacionais gerais e específicos dos conhecimentos com que trabalha;

- desenvolver capacidade de planejar avaliações das aprendizagens de alunos de forma coerente com os objetivos de ensino e a especificidade do conteúdo com o qual trabalha;
- desenvolver compreensão sobre os sistemas internacionais, nacionais e regionais de avaliação em larga escala de desempenho escolar;
- compreender os dados de avaliações externas, utilizando-os como elementos que permitam a discussão coletiva de possibilidades para a melhoria da prática pedagógica.

(7) Formação para o desenvolvimento de atitudes investigativas da prática educacional.

- compreender as contribuições da pesquisa educacional para as práticas escolares e a ação docente como espaço de produção de conhecimento;
- desenvolver senso crítico com base objetiva, observando as evidências produzidas pela investigação educacional;
- saber organizar evidências que possa vir a observar a partir de sua prática e experiências em sala de aula;
- utilizar as evidências para aprimorar suas práticas.

FONTES

Nacionais

ALTENFELDER, A. H. Aspectos constitutivos da mediação docente e seus efeitos no processo de aprendizagem e desenvolvimento. *Revista Construção Psicopedagógica*, v. 23, n. 24, p. 59-76, 2015.

BAUER, A. Avaliação de desempenho de professores: pressupostos e abordagens. In: Gatti, B.A. (Org) O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias. Campinas (SP): Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

BRASIL. Lei 9394/2006 (LDB)

----- Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (PNE).

----- Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 2 de 1 julho de 2015. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação*

inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

-----. Ministério da Educação. CNE/CP. Parecer n. 02/2015, aprovado em 9 de junho de 2015 – *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.*

-----. INEP/MEC. *Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente.* Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/prova-docente>>

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 14, de 21 de maio de 2010. Institui o Exame Nacional de ingresso na carreira docente. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, n. 24, p. 11, 24 maio 2010.

-----. Portaria normativa nº 3, de 2 de março de 2011/MEC. *Institui a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente para a educação básica.* Diário Oficial da União. Brasília, 3 de março de 2011.

CUNHA, M.I. Verbetes: formação inicial e formação continuada. *Enciclopédia de Pedagogia Universitária.* MEC/INEP, 2006, p. 354.

GATTI, B.A. Educação, escola e formação de professores. *Educação em Revista.* Curitiba: Ed. UFPR, n. 50, out/dez 2013, p. 51 – 67.

GATTI, B. A. ; ANDRÉ, M.E.D.A.; GIMENES, N.A. S.; FERRAGUT, L. . Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Coleção *Textos FCC*, v. 41, p. 4-117, 2014.

LIBÂNEO, J.C. *Didática.* São Paulo: Cortez Editora, 2008 (28ª reimpressão).

LONGAREZI, A.M.; PUENTES, R.V. (org.) *A Didática no âmbito da pós-graduação brasileira.* Coleção BDP. Uberlândia: EDUFU, 2016.

----- (org.) *Panorama da Didática: ensino, prática e pesquisa.* Campinas (SP): Papirus/Fapemig, 2011.

MELLO, G.N. Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: uma (re)visão radical. *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1), 2000, p. 98-110.

OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/362.pdf>.

ROLDÃO, M. do C.. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*, n. 34, vp.94 -103, jan. abr., 2007.

SCHEIBE, L. E BAZZO, V.L. A construção de uma base comum nacional para a formação de profissionais da educação no Brasil. *Contra Pontos: Revista de Educação da Univali*, Anp 1, n. 1, Itajaí, SC, jan/jun de 2001, p.91 – 103

SILVA, V.G.; ALMEIDA, P.C.A. (coord). Ação docente e profissionalização: referentes e critérios para formação. *Textos FCC*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2015.

Internacionais

CAENA, F. *Initial teacher education in Europe: an overview of policy issues*. EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Education and Culture, Brussels, 2014.

DANIELSON, C. *Enhancing professional practice: a framework for teaching*. Alexandria, ASCD, 2007, 2.ed.

DARLING-HAMOND, L.; HOLTZMAN, D.J.; GATLIN, S.J.; HEILIG, J.V. Does teacher preparation matter? Evidence about teacher certification, tech for America, and teacher effectiveness. *Education Policy Analysis Archives*, Tempe, vol 13, n. 42, 2005, p. 1 -51.

LOUZANO, P.; MORICONI, G. Visión de la docencia y características de los sistemas de formación docente. In: ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *Temas críticos para formular nuevas políticas docentes en América Latina y el Caribe: el debate actual*.: Santiago de Chile: OREALC, CEPPE, 2014.

MEDRANO, C.V.; VAILLANT, D. (Coord.) *Aprendizaje y desarrollo profesional docente*. Madri: OEI, Fundación Santillana, 2009.

MUSSET P.. Initial Teacher Education and Continuing Training Policies in a Comparative Perspective: Current Practices in OECD Countries and a Literature Review on Potential Effects, *OECD Education Working Papers*, No. 48, OECD Publishing, 2009.

SARAVIA, L. M.; FLORES, I. *La formación de maestros en América Latina: estudio realizado en diez países*. Lima: Ministerio de Educación; DINFOCAD; PROEDUCAGTZ, 2005.

TORRECILLA, M. *Evaluación del desempeño y carrera profesional docente: un estudio comparado entre 50 países de América y Europa*. Santiago de Chile: OREALC/UNESCO, 2006.